

A AVE DE RAPINA

Drama rural em 3 actos de AMÉRICO DURÃO. Publicado em 1923.

Representado no Teatro Nacional em 22 de Novembro de 1924.

[...]

Três cenas: interior de casa humilde no Alentejo; casa de contrabandistas; casa de lavradores num monte ribatejano. Actualidade.

Rosária, filha de um velho lavrador cego, está prometida a seu primo Manuel Inácio, e o casamento aprazado para quando este voltar do Brasil. Mas no mais fundo do seu coração nunca se apagou inteiramente a paixão que sentiu por António Agolada, cigano aventureiro que um dia passou pela aldeia. Numa noite em que Tia Celarina lê na sua mão que «a morte irá passar-lhe pelo caminho», o Agolada reaparece para se despedir dela. Vai fugir para Espanha porque matou um homem. Movida por um misto de amor e piedade, Rosária propõe-se acompanhá-lo. Mas é com dificuldade que se adapta à vida arriscada e insegura dos contrabandistas. O remorso causado pela morte do pai, ao ver-se abandonado, a recusa em participar nos actos criminosos do amante e dos seus companheiros, as discussões que entre ambos a cada passo estalam, criam um clima de tensão crescente. Rosária é «a modos que uma pomba caída entre gaviões», mas sente-se incapaz de se evadir. Nem mesmo quando Manuel Inácio, entretanto regressado do Brasil, tendo conseguido localizá-la, a pretende arrancar àquele meio. Seis anos passaram. Rosária acabou por deixar o cigano e casar com Manuel Inácio, de quem tem uma filha de quatro anos. Mas António Agolada, que havia sido preso e degredado para África, volta para se vingar. Insiste com Rosária para que de novo o acompanhe. Como ela recusa, tenta estrangulá-la, cego de raiva. O povo da aldeia, que de armas em punho dá caça aos ladrões de cavalos, é conduzido para casa de Manuel Inácio por uma mulher que viu lá entrar o Agolada. É Rosária que procura ainda salvá-lo, dando-lhe fuga. Um tiro de Manuel Inácio põe no entanto termo aos seus dias. As lágrimas de Rosária denunciam que nunca deixou de o amar.

Luiz Francisco Rebello. *100 anos de teatro português (1880-1980)*. Porto: Brasília Editora, 1984, pp. 150-151.

Autorização de utilização por despacho de 28/06/2017 emitido pela Senhora Diretora Geral do Património Cultural Arqtª Paula Silva.